

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA – EAD**

RODRIGO ROSA PEIXOTO

**UM ESTUDO SOBRE A ACESSIBILIDADE DE CADEIRANTES NAS PRAÇAS E
PARQUES DA REGIÃO NORTE DE GOIÂNIA**

INHUMAS – GO

2013

RODRIGO ROSA PEIXOTO

**UM ESTUDO SOBRE A ACESSIBILIDADE DE CADEIRANTES NAS PRAÇAS E
PARQUES DA REGIÃO NORTE DE GOIÂNIA**

Monografia apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás como requisito para finalização do curso de Licenciatura em Educação Física, com a orientação do Prof. Esp. Vicente Paulo Batista Dalla Déa e coorientação da Prof.^a Dr.^a Ana Paula Salles.

INHUMAS - GO

2013

Dedico este trabalho a minha esposa Zilda e aos meus filhos Lucas e Pedro Emanuel, fonte do meu amor e alegria de sempre querer viver.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pois, sem Ele não teria minha esposa Zilda e meus filhos Lucas e Pedro, amores e alegria da minha vida.

Não teria meus pais Osmar e Belmira e minhas irmãs Renata e Milla, que complementam a alegria da minha vida.

Não teria minha sobrinha Ana Liz, princesinha da minha vida.

Não teria conhecido meus amigos da Faculdade, em especial, Camila, José Henrique e Valéria, que me salvaram em muitos momentos nestes quatro anos juntos.

Não teria conhecido meu orientador, Prof. Vicente, que acreditou em mim e meu deu toda liberdade para pesquisa e foi um grande parceiro neste trabalho.

Emfim agradeço a Deus mais uma vez, pois, sem Ele não teria vocês em minha vida.

RESUMO

Atualmente todos os esforços das pessoas com deficiência são no sentido de promover uma inclusão social justa, possibilitando melhores condições de vida. Esta inclusão justa contempla também acesso ao lazer, que é um direito de todos garantido pela Constituição. Garantir este acesso aos espaços público de lazer é um dever do poder público. Os espaços de uso público onde as pessoas vão passar seus momentos de lazer destinados a toda a população, deveriam conter todos os dispositivos de acessibilidade para pessoas com deficiência, que como qualquer cidadão, também tem direito ao lazer e recreação. Portanto este trabalho tem como objetivo analisar as condições de acesso para as pessoas com deficiência física, mais especificamente os cadeirantes às praças Dom Prudêncio – Jacaré e Itatiaia e os parques Beija-flor e Leonídio di Ramos Caiado da Região Norte de Goiânia.

Palavras-chave: praças urbanas, parques urbanos, acessibilidade.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vista geral da Praça Dom Prudêncio – Jacaré.	25
Figura 2: Vista geral da Praça Dom Prudêncio – Jacaré.	25
Figura 3: Estacionamento da praça.	27
Figura 4: Espaço para estacionamento de veículos.	28
Figura 5: Rebaixamento de calçada acompanhando a faixa de pedestre.	28
Figura 6: Rebaixamento de calçada acompanhando a faixa de pedestre.	29
Figura 7: Rebaixamento de calçada acompanhando a faixa de pedestre.	29
Figura 8: Rebaixamento de calçada acompanhando a faixa de pedestre.	30
Figura 9: Rebaixamento de calçada acompanhando a faixa de pedestre.	30
Figura 10: Rampa com rebaixamento de calçada.	31
Figura 11: Rampa com rebaixamento de calçada.	31
Figura 12: Quadra poliesportiva sem rampa de acesso a cadeirantes.	32
Figura 13: Área de circulação.	33
Figura 14: Área de circulação com passarela.	33
Figura 15: Mesas da área de convivência.	34
Figura 16: Vista geral da Praça Itatiaia.	36
Figura 17: Rampa de acesso a praça.	37
Figura 18: Rampa de acesso a praça.	38
Figura 19: Rampa de acesso a praça.	38
Figura 20: Rampa de acesso a praça.	39
Figura 21: Faixa de pedetre sem rebaixamento de calçada.	39
Figura 22: Passarela da área de circulação.	40

Figura 23: Passarela da área de circulação.	40
Figura 24: Mesas de convivência da praça.	41
Figura 25: Mesas e cadeiras na área de convivência da praça.	42
Figura 26: Vista geral do Parque Beija-flor.	43
Figura 27: Vista geral do Parque Beija-flor.	44
Figura 28: Rampa de acesso. Rebaixamento de calçado com a rua.	45
Figura 29: Rampa de acesso. Calçada rebaixada ao nível da rua.	46
Figura 30: Área de circulação. Passarelas internas.	46
Figura 31: Área de circulação. Passarela e rampa de acesso.	47
Figura 32: Mesa do parque.	47
Figura 33: Vista geral do parque Leonídio di Ramos Caiado.	49
Figura 34: Vista geral do parque Leonídio di Ramos Caiado.	49
Figura 35: Vista geral do parque Leonídio di Ramos Caiado.	50
Figura 36: Rampa de acesso para cadeirantes.	51
Figura 37: Rampa de acesso da entrada do parque.	51
Figura 38: Rampa de acesso ao parque infantil.	52
Figura 39: Vista geral do parque Leonídio di Ramos Caiado.	53
Figura 40: Vista geral do parque Leonídio di Ramos Caiado.	53
Figura 41: Vista geral do parque Leonídio di Ramos Caiado.	54
Figura 42: Vista geral do parque Leonídio di Ramos Caiado.	54
Figura 43: Vista geral do parque Leonídio di Ramos Caiado.	55
Figura 44: Mesas da área de convivência.	56
Figura 45: Banheiro público. Vista de entrada.	57
Figura 46: Banheiro público. Vista interna.	58

Figura 47: Banheiro público. Vista interna.	58
Figura 48: Passarela de acesso ao banheiro público.	59
Figura A: Roteiro de observação e medidas.	34
Figura B: Roteiro de observação e medidas.	41
Figura C: Roteiro de observação e medidas.	52
Figura D: Roteiro de observação e medidas.	55
Figura E: Roteiro de observação e medidas.	57
Figura F: Roteiro de observação e medidas.	57
Figura G: Roteiro de observação e medidas.	57
Tabela A: Roteiro de observação e medidas.	27

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AMMA – Agência Municipal do Meio Ambiente de Goiânia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MOVITA – Associação dos Moradores da Vila Itatiaia

NBR – Norma Brasileira de Regulamentação

SEPLAM – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Goiânia

ONU – Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1. Introdução.....	10
1.1. Objetivos.....	12
2. Revisão de literatura.....	14
2.1. Acessibilidade: tempo histórico.....	14
2.1.1. A acessibilidade no campo do lazer.....	17
2.1.2. A pessoa com deficiência e a pessoa com mobilidade reduzida.....	19
3. Metodologia.....	22
4. Região Norte de Goiânia.....	23
5. Roteiro de observações, medidas e análise dos dados da pesquisa de campo.....	24
5.1. Análise da Praça Dom Prudêncio (Jacaré) no Setor Crimeia Oeste.....	25
5.2. Análise da Praça Itatiaia no Conjunto Itatiaia.....	35
5.3. Análise do Parque Beija-flor no Setor Jaó.....	42
5.4. Análise do Parque Leonídio di Ramos Caiado no Residencial Goiânia 2.....	48
6. Conclusão.....	60
Referências.....	62
Anexo.....	66

1. Introdução

Há vários anos as pessoas com deficiência vêm lutando pelos seus direitos como cidadãos. No que diz respeito às conquistas de inclusão social vem sendo vitoriosa. A história nos mostra que estas lutas não são de hoje. Desde muito tempo a luta pela inclusão social já se iniciava, devido às pessoas com deficiência serem totalmente ignoradas. De acordo com Silva apud Sasaki:

O movimento de inclusão social das pessoas com deficiência começou incipiente na segunda metade dos anos oitenta do século XX nos países mais desenvolvidos, tomou impulso na década de noventa também em países em desenvolvimento e se fortalecerá nos primeiros dez anos do século XXI envolvendo todo o mundo como realmente vem acontecendo. (Sasaki, 1999).

A luta pelos direitos de cidadania das pessoas com deficiência teve resultados marcantes na sua história, como dois acontecimentos fundamentais. Silva apud Silva (2002) destaca estes dois acontecimentos como o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência no Mundo e também a Assembleia Constituinte no Brasil. Estes dois acontecimentos tiveram um grande peso para o avanço das conquistas dos direitos da pessoa com deficiência, pois, graças a eles o tema chegou até à imprensa onde foram realizados vários programas de televisão sobre o assunto e a aprovação de uma das mais completas constituições do mundo, no que se refere às pessoas com deficiência.

Com isso o conceito de inclusão começava a fazer parte da sociedade. Mas o que seria inclusão. Para Sasaki (2009):

Inclusão, como um paradigma de sociedade, é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana – composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos – com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações.

Como consequências destas lutas, os movimentos ligados a da inclusão de pessoas com deficiência somaram várias conquistas, como leis que defendem seus direitos e primam pela questão da acessibilidade. Mesmo com estas conquistas, o cumprimento destas leis não são garantidas ou efetivadas. Com a criação de grupos e entidades representativas de pessoas com deficiência, conseguiram que estas leis fossem mais eficazes. Estes grupos e entidades não medem esforços para que todos, deficientes ou não, possam usufruir dos serviços existentes nas cidades,

como poder trabalhar e circular com dignidade, de se divertir, estudar, ter acesso ao lazer e praticar esportes.

Detectar, por meio de uma pesquisa de campo, se a estrutura física das praças Dom Prudêncio - Jacaré e Itatiaia e os parques Beija-flor e Leonídio di Ramos Caiado da Região Norte de Goiânia estão de acordo com a norma NBR 9050 (2004), com relação à acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida, é o objeto central deste estudo.

Promover a acessibilidade no ambiente construído é garantir os direitos das pessoas com deficiência já conquistada e garantida por lei. Promover estas condições de mobilidade com autonomia e segurança, constitui um direito universal e que reforçam o conceito de cidadania. Para isso precisamos eliminar as barreiras arquitetônicas e urbanísticas das cidades, construindo um espaço acessível a todos. Sobre a acessibilidade Sasaki (2009) nos ensina que:

[...] a acessibilidade é uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana. Se a acessibilidade for (ou tiver sido) projetada sob os princípios do desenho universal, ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência.

Ainda segundo Tavares Filho *et al.*, (2002), sobre o conceito de acessibilidade:

A acessibilidade, conceituada pela Lei 10.098 como sendo a possibilidade e condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, refere-se a dois aspectos, que embora tenham características distintas, estão sujeitos a problemas semelhantes, no que diz respeito à existência de barreiras que são interpostas às pessoas com necessidades especiais: o espaço físico e o espaço digital.

Eliminando estas barreiras, estaremos promovendo a inclusão social e garantindo as pessoas com deficiência acesso aos serviços a quem tem direito. E um destes serviços é o direito ao lazer. O lazer é um importante componente na qualidade de vida do cidadão e o lazer na condição da pessoa com deficiência, possibilita a integração comunitária e o aumento da autoestima, promovendo uma maior interação social, desenvolvendo assim novas descobertas e revelando novas potencialidades individuais.

Pode-se com isso supor, que as cidades estão em constante mudança, isto com intuito de atender as necessidades e interesses de seus habitantes e o lazer e a

recreação não ficam de foram destas necessidades. Tanto o lazer como a recreação são necessidades inerentes ao ser humano e busca a realização destas necessidades procurando cinemas, bares, clubes, praças, parques, bosques entre outros.

É preciso esforços para a promoção de uma inclusão para as pessoas com deficiência, para garantir-lhes melhores condições de vida, tornando-se necessária esta inclusão social, contribuindo para a formação de uma sociedade justa e humana.

1.1. Objetivos

Para tanto, o objetivo geral desta pesquisa visa identificar quais são os principais obstáculos da acessibilidade para as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida nos espaços públicos, mais especificamente nas praças Dom Prudêncio - Jacaré e Itatiaia e nos parques Beija-flor e Leonídio di Ramos Caiado na região norte de Goiânia, verificando se estas praças e parques possuem acessibilidades, como rampas, passarelas e se elas estão de acordo com a NBR 9050 (2004), que é uma norma da ABNT que regulamenta o acesso às edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, possibilitando assim acesso de qualidade às pessoas com deficiência e se está sendo garantido o direito da pessoa com deficiência o acesso à estes locais para ter seu momento de lazer e recreação.

Já considerando os objetivos específicos estão: mapear as praças e parques da região norte de Goiânia, para limitação do estudo de pesquisa; mapear as praças Dom Prudêncio - Jacaré e Itatiaia e os parques Beija-flor e Leonídio di Ramos Caiado na região norte de Goiânia; identificar se as praças Dom Prudêncio - Jacaré e Itatiaia e os parques Leonídio di Ramos Caiado e Beija-flor na região norte de Goiânia possuem acessos e corredores para as pessoas de mobilidade reduzida; aferir se os acessos e corredores às praças Dom Prudêncio - Jacaré e Itatiaia e os parques Beija-flor e Leonídio di Ramos Caiado na região norte de Goiânia estão de acordo com a norma técnica NBR 9050 e indicar possíveis soluções e mudança para garantir a acessibilidade às pessoas portadoras de mobilidade reduzida nas praças Dom Prudêncio - Jacaré e Itatiaia e os parques Beija-flor e Leonídio di Ramos Caiado na região norte de Goiânia.

A justificativa desta pesquisa se deve ao fato de que a Organização das Nações Unidas (ONU) estimasse que no mundo 7% a 10% da população mundial possuem alguma deficiência física, seja ela permanente ou temporária. No Brasil não é diferente. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2000, existia no país cerca de 14,5% da população com alguma deficiência física, sendo físico-motora, cognitiva ou sensorial. Então existe uma grande população com deficiência física, que necessita de serviços básicos como todo e qualquer cidadão e tem a necessidade de se locomover livremente pela cidade.

O espaço público de lazer possui grande importância no contexto das cidades, independente do porte da cidade, pois, tem por sua função além de proporcionar lazer, garantir a plena inclusão de usuários com diferentes habilidades e restrições, ou seja, a socialização. Com a existência de barreiras físicas, informativas e atitudinais, muitas vezes restringe o uso desses espaços, ocasionando situações de constrangimento às pessoas com restrições ou mobilidades reduzidas, dificultando a participação destas pessoas a diversas atividades. Com isso perde-se o conceito de integração, inclusão e convívio que estas pessoas poderiam ter com o acesso a estes espaços.

A pessoa com mobilidade reduzida tem também seu direito garantido ao lazer e a recreação, e este direito precisa ser garantido pelos poderes públicos. Estes poderes precisam garantir à acessibilidade as áreas públicas de lazer, como praças, parques, bosques, jardins entre outros, para que possam exercer seu direito de cidadania.

As verificações das possíveis barreiras arquitetônicas e as análises da acessibilidade nestes espaços públicos de lazer compatíveis com a prevista na NBR 9050 tem o intuito de verificar se os acessos das pessoas com deficiência estão sendo feitos de forma confortável e autônoma sem abrir mão da segurança.

Como foco de pesquisa são as praças e parques, cabe então saber um pouco mais sobre seus significados. Para Lamas praça “é um elemento morfológico das cidades ocidentais”, inexistentes anteriormente, distinguindo-se “de outros espaços, que são resultado acidental de alargamento ou confluência de traçados - pela organização espacial e intencionalidade de desenho. [...] A praça pressupõe a vontade e o desenho de uma forma e de um programa”. Deste modo, o autor

caracteriza a praça como “lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas” (LAMAS *apud* MENDONÇA, 2007). Lamas ainda indica que a praça na cidade tradicional, como a rua, estabelece “estreita relação do vazio (espaço de permanência) com os edifícios, os seus planos marginais e as fachadas. Estas definem os limites da praça e caracterizam-na, organizando o cenário urbano” (LAMAS *apud* MENDONÇA, 2007). Segundo o autor, este é um aspecto menos presente na praça da urbanística moderna, tendo em vista “as dificuldades de delimitação e definição provocadas pela menor incidência dos edifícios e fachadas” (LAMAS *apud* MENDONÇA, 2007).

Sobre o parque, Lamas não atribui conceitos específicos como nos casos anteriores referentes à praça. O grande parque encontra-se inserido no aspecto dos ambientes caracterizados pelas estruturas verdes, referentes, portanto, à vegetação que apresentam, como o canteiro e o jardim. Estas estruturas verdes são reconhecidas pelo autor como “elementos identificáveis na estrutura urbana. Caracterizam a imagem da cidade; têm individualidade própria; desempenham funções precisas: são elementos de composição e do desenho urbano; servem para organizar, definir e conter espaços” (LAMAS *apud* MENDONÇA, 2007).

2. Revisão de literatura

2.1. Acessibilidade: tempo histórico

Fala-se muito sobre a acessibilidade e o direito de ir e vir das pessoas com mobilidade reduzida, que é um direito civil. Esse direito de ir e vir está associado ao direito de todos ao acesso de espaços públicos de lazer que muitas vezes não é garantido pelo fato das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida se deparar com ambientes inapropriados. Para a garantia deste direito civil das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, um determinado local ao ser construído deve-se mostrar acessível e ser capaz de oferecer oportunidades igualitárias a todos os usuários.

Mas então o que seria acessibilidade? De acordo com Araújo *et al* (2009), o artigo 2º da Lei N. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidades reduzida, traz a seguinte definição:

Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Mas então como surgiu o conceito de acessibilidade e a sua trajetória até nos dias de hoje? Fazendo um breve histórico, o termo acessibilidade nasceu para designar a condição de acesso das pessoas com deficiência com o atendimento dos serviços de reabilitação física e profissional, no final da década de 40.

Posteriormente, já na década de 50, com a prática da reintegração de adultos reabilitados, ocorrida na própria família, no mercado de trabalho e na comunidade em geral, profissionais de reabilitação constatavam que essa prática era dificultada e até impedida pela existência de barreiras arquitetônicas nos espaços urbanos, nos edifícios e residências e nos meios de transporte coletivo. A partir daí surgiu a fase da integração, que durou cerca de 40 anos até ser substituída gradativamente pela fase da inclusão.

Já na década de 60, algumas universidades americanas iniciaram as primeiras experiências, eliminando barreiras arquitetônicas existentes em seus espaços, como as áreas externas, estacionamentos, salas de aula, laboratórios, bibliotecas, lanchonetes, entre outros.

Em meados da década de 70, com o surgimento do primeiro centro de vida independente do mundo, instalado na cidade de Berkeley, estado da Califórnia, nos Estados Unidos da América, aumentaram a preocupação e os debates sobre a eliminação de barreiras arquitetônicas, bem como a operacionalização das soluções idealizadas.

Na década de 80, mais precisamente em 1981, aconteceu o ano internacional das pessoas deficientes, o que impulsionou o segmento de pessoas com deficiência a desenvolver verdadeiras campanhas em âmbito mundial para alertar a sociedade a respeito das barreiras arquitetônicas e exigir não apenas a eliminação delas (desenho adaptável), como também a não inserção de barreiras já nos projetos

arquitetônicos (desenho acessível). Pelo desenho adaptável, a preocupação é no sentido de adaptar os ambientes obstrutivos. Já pelo desenho acessível, a preocupação está em exigir que os arquitetos, engenheiros, urbanistas e desenhistas industriais não incorporem elementos obstrutivos nos projetos de construção de ambientes e utensílios. Tanto no desenho adaptável como no acessível, o beneficiado específico é a pessoa com deficiência. Na segunda metade da década de 80, surgiu o conceito de inclusão contrapondo-se ao de integração. (SASSAKI, 2005).

Por fim, na década de 90, ficou mais claro que a acessibilidade deveria seguir o paradigma do desenho universal, onde os ambientes, os meios de transporte e os utensílios deveriam ser projetados para todos e, portanto, não apenas para pessoas com deficiência. Com o advento desta fase da inclusão, entendemos que nos dias de hoje a acessibilidade não é apenas arquitetônica, pois existem barreiras de vários tipos também em outros contextos que não o do ambiente arquitetônico. (SASSAKI, 2005).

Para Queiroz (2006), a aplicação da acessibilidade a lugares de uso público como também o comum deve-se a obstáculos arquitetônicos que servem de barreiras para pessoas com deficiência.

O conceito foi sendo ampliado e generalizado, com o tempo, para qualquer tipo de barreira e até para pessoas sem deficiências, ou mesmo apenas com algum limite temporário, como o de calçadas esburacadas, perigosas para mulheres grávidas que, de imediato, não podem enxergar os pés, ou mesmo alguém querendo acessar um sítio na internet, cujo código não permita fazê-lo através de telefones celulares.

Uma grávida e um proprietário de um celular com bons recursos não são pessoas reconhecidamente com deficiência, mas que podem encontrar inacessibilidades comuns à pessoas com deficiência. Assim, o conceito de acessibilidade evoluiu para algo mais amplo, cujo significado prático, antes de qualquer coisa, é a qualidade ou falta de qualidade de vida para uma gama de pessoas muito maior que a original. (QUEIROZ, 2006).

De acordo com Sasaki (2004) “o conceito de acessibilidade deve ser incorporado aos conteúdos programáticos ou curriculares de todos os cursos formais e não formais existentes no Brasil”. Para este autor, “a acessibilidade não mais se restringe ao espaço físico, à dimensão arquitetônica”. Sasaki (2004) divide o conceito de acessibilidade em seis dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal, mostrando que todas essas dimensões são importantes.

Associam-se acessibilidade a uma deficiência específica, ou seja, que a acessibilidade está normalmente associada às pessoas que fazem uso de cadeira de rodas para se locomover, no entanto, a acessibilidade aos espaços públicos não está restrita somente à estas pessoas, mas sim em diferentes grupos de pessoas com necessidades especiais ou mobilidade reduzida que compõem a sociedade como os ambulatoriais, incluindo-se, por exemplo, as grávidas e pessoas obesas.

O conceito de acessibilidade faz surgir o conceito de desenho universal que tem grande apelo ao conceito de inclusão social (DUARTE *et al*, 2009 *apud* DUARTE e COHEN, 2004a, p. 69.). Segundo Steinfeld (1997), “o desenho universal não é uma tecnologia direcionada apenas aos que dele necessitam, mas sim desenhado para todas as pessoas”. Ou seja, “deve ser atraente, ter um componente estético muito forte” (STEINFELD, 1997). Para Heidrich *et al.*(2006), a ideia do *design* universal é para “evitar a necessidade de ambientes e produtos especiais para pessoas com deficiência, no sentido de assegurar que todos possam utilizar todos os componentes do ambiente e todos os produtos”.

Garantir a acessibilidade a estes públicos nas praças e parques é garantir também às pessoas com mobilidade reduzida, garantindo também o acesso ao lazer que está previsto na Constituição de 1988, dentre os principais direitos do cidadão. O lazer é um importante componente da qualidade de vida do cidadão, e principalmente das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, pois, possibilita a integração comunitária e um significativo aumento na autoestima, promovendo interação social com outros grupos e o desenvolvimento de potencialidades individuais (ARAÚJO, 2009).

2.1.1. A acessibilidade no campo do lazer

Para DUARTE *et al* (2009), lazer provém do verbo francês *loisir*, que tem origem por sua vez na forma infinitiva de *licere*, que significa “permitido”. O francês *loisir* dá origem à expressão inglesa *leisure*, que significa lazer (DUARTE *et al*, 2009 *apud* KRIPPENDORF, 2003, p. 62). De acordo com Duarte *et al* (2009), o lazer pode atingir várias camadas sociais e a existência de espaços públicos de lazer proporciona esta condição, só que existem uma série de fatores que impedem este

acesso que vão desde o acesso a estes locais, a falta de tempo, entre outros fatores. Isto limita o lazer a uma minoria da população.

O lazer é tão importante na vida do cidadão, que se realizaram discussões no mundo inteiro. Sua importância permeia diversas discussões a nível mundial, e diante disso, alguns documentos reafirmam os pensamentos gerados em torno do lazer. Dentre eles, está a Carta Internacional de Educação para o Lazer, elaborada e aprovada no Seminário Internacional da Associação Mundial de Recreação e Lazer - World Leisure and Recreation Association (WLRA), em Jerusalém-Israel, no período de 2 a 4 de agosto de 1993 e ratificada pelo conselho da WLRA em Jaipur na Índia, em dezembro de 1993. (MELO *et al.* 2010).

A carta informa aos governos, às organizações não governamentais e às instituições de ensino a respeito do significado e dos benefícios do lazer e da educação para e pelo lazer. Na referida carta, o lazer é considerado um direito humano básico, assim como educação, trabalho e saúde, e ninguém deverá ser privado desse direito por discriminação de sexo, idade, raça, religião, saúde, deficiência física ou situação econômica. No item acessibilidade, o ensino de lazer na comunidade deve “trabalhar com grupos comunitários existentes para minimizar as barreiras e aperfeiçoar o acesso a serviços de lazer”. A Carta ainda sugere a eliminação das barreiras, impedimentos e injustiças através de programas de intervenção direta, indireta, de fomento e de suporte. (MELO *et al.* 2010).

As praças públicas e os parques municipais, ou seja, espaços públicos de lazer são espaços de democratização do lazer, atividade tão importante seja para a revitalização dos trabalhadores para o tempo de trabalho, seja para a busca da emancipação política e social, fruto da reflexão e organização em movimentos sociais e culturais.

Para a garantia de lazer é preciso que as pessoas com mobilidade reduzida tenham acesso aos espaços públicos e privados. Para Duarte *et al* (2009, *apud* FINTES e SHIMBO, 2003), os espaços livres são gerados a partir do momento que o conjunto de edificações são concebidas. Estes espaços livres automaticamente se tornam potencialmente áreas de lazer, sendo que os estudos de várias análises são necessárias, principalmente espaciais, para que eles possam seguir as premissas de acessibilidade para todos, sendo pessoas com deficiência ou não. A construção de espaços públicos de lazer nestes espaços livres trazem inúmeros benefícios para

a melhora na qualidade de vida da população urbana, como praças, parques, bosques, academias abertas, entre outros.

2.1.2. A pessoa com deficiência e a pessoa com mobilidade reduzida

É preciso garantir o acesso às pessoas com mobilidade reduzida em espaços públicos de lazer, mas para isso é preciso conhecer as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida na sociedade. Conhecê-los bem é pré-requisito para garantir o mínimo de dignidade ao acesso ao lazer em espaços públicos. Mas como definir as pessoas com deficiência e sua classificação. Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) a pessoa com deficiência é aquela que:

[...] apresenta, em caráter temporário ou permanente, perdas ou reduções de sua estrutura ou função fisiológica, anatômica, mental ou sensorial, que gerem incapacidade para certas atividades, segundo padrões de comportamento e valores culturais.

Ainda segundo ABNT, a pessoa com mobilidade reduzida é aquela que:

[...] temporária ou permanente, tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo. Entende-se por pessoa com mobilidade reduzida, a pessoa com deficiência, idosa, obesa, gestante entre outros.

As causas da deficiência física podem ser diversas, que vão desde problemas genéticos, complicações na gestação ou gravidez, doenças infantis e acidentes. As causas pré-natais são aquelas que acontecem antes da criança nascer e são ocasionados pelos mais diversos motivos, como uso de remédios, álcool ou drogas usadas pela mãe, abortos malsucedidos, perdas de sangue durante a gravidez, crises de hipertensão, entre outras. (MANUAL DE CONVIVÊNCIA, 2012).

Mas talvez a que mais deixa pessoas com deficiência e as mais traumáticas são os acidentes de carro, a violência urbana, acidentes de mergulho em águas rasas, como lagoas e represas. A hipertensão e a diabetes também podem trazer deficiência. As pessoas com deficiência são aquelas que por algum motivo tem sua capacidade motora limitada ou ausente. (MANUAL DE CONVIVÊNCIA, 2012).

Segundo a ABNT (2004) as pessoas com deficiência física são classificadas em ambulatoriais e sensoriais. As ambulatoriais se dividem em dois grupos, os parciais e totais. Resumidamente os ambulatoriais parciais são aqueles que

movimentam com dificuldades ou insegurança, usando ou não aparelhos ortopédicos e próteses. Já os ambulatoriais totais são os que utilizam, temporariamente ou não, cadeiras de rodas e incluem paraplégicos, tetraplégicos, hemiplégicos, amputados e pessoas afetadas fortemente por doenças e malformações que as impedem de andar. As pessoas com deficiências sensoriais enquadram-se os deficientes visuais e auditivos. Há também as pessoas com mobilidade reduzida, como gestantes, mulheres com crianças de colo, idosos com uso de muletas, cadeirantes temporários, ou seja, aqueles que acidentaram e precisam locomover com cadeiras de rodas. Este público, os cadeirantes, é o objeto de estudo deste trabalho.

Para entendermos mais o que é uma pessoa com mobilidade reduzida, é qualquer pessoa cuja mobilidade está condicionada devido ao envelhecimento, à maternidade, a obesidade, a uma deficiência motora e/ou cognitiva e/ou a qualquer outra causa que afete a sua mobilidade e que requeira uma adaptação especial às suas necessidades, quer pontualmente, quer por período indefinido. (ASSOCIAÇÃO SALVADOR, 2013).

Um idoso, por exemplo, não é uma pessoa com deficiência, mas tem dificuldades em se locomover por locais que tenham escadas, desníveis e outras barreiras que possam impedir sua circulação.

Para atender esta população, as autoridades internacionais e governos e organizações de proteção às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, criaram várias normas legais para amparar e garantir a acessibilidade e direitos a este grupo. No Brasil diversas legislações foram criadas a partir da promulgação da Constituição de 1988, para que adaptassem a estes grupos, incluindo meio físico, informações, comunicação e transporte. Dentre elas podemos destacar (DUARTE *et al*, 2009 *apud* BRASIL, 2001, p. 21):

- Lei nº. 10.048, de 08 de novembro de 2000 – Prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências;
- Lei nº. 10.098, de 10 de dezembro de 2000 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Lei nº. 10.741, de 01 de outubro de 2003 – Dispõe sobre o estatuto do idoso.

Existem outras leis e portarias federais que regulamenta sobre as pessoas com deficiência. Somando a estas leis a ABNT estabeleceu algumas normas técnicas para ajudar na padronização da acessibilidade das pessoas com deficiência, sendo a mais importante a Norma Brasileira de Regulamentação (NBR) 9050:1994 que regulamenta a acessibilidade de pessoas com deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano, sendo essa a precursora da NBR sobre a acessibilidade. Além desta NBR 9050, existem outras que normatizam a acessibilidade em outros locais e serviços públicos. Eis algumas outras normas de regulamentação:

- NBR 13994:2000 – Elevadores de passageiros – Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência;
- NBR 14020:1997 – Transporte – Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência – Trem de longo percurso;
- NBR 14021:1997 – Transporte – Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência – Trem metropolitano;
- NBR 14022:1997 – Transporte – Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência em ônibus e trólebus, para atendimento urbano e intermunicipal;
- NBR 14273:1999 – Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência no transporte aéreo comercial.

O importante destes regulamentos é que eles darão uma perspectiva da inclusão para os espaços públicos de área de lazer, como praças e parques, pois, muitos destes espaços não são de acordo que a NBR regulamenta.

Muitos espaços públicos passam por readaptação para facilitar o acesso às pessoas com deficiência, mas isso não é acessibilidade; readaptação não é acessibilidade; acessibilidade é possibilidade de alcance com segurança dos espaços públicos ou não por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, ou seja, são espaços projetados não só para a comunidade em geral, mas também para as pessoas com necessidades especiais, e é isso que a revisão de literatura nos mostra.

Sem essa possibilidade de acessibilidade ou sem o devido projeto de acessibilidade em espaços públicos de lazer, a dificuldade que as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida têm para ter o seu lazer fica muito prejudicado, pois, a acessibilidade fica impedida.

Podemos citar como barreiras da acessibilidade as rampas de acesso com maior inclinação que o mínimo desejável, passarelas sem condição de tráfego de cadeirantes, pessoas idosas ou até mesmo mães com carrinhos de bebês. A falta de piso adequado, como pisos táteis para cegos ou pessoas com baixa visão, ou pisos irregulares para pessoas com pouca mobilidade ou sem nenhuma mobilidade.

3. Metodologia

A metodologia a ser utilizada neste trabalho será a pesquisa de campo, devido a pesquisa requisitar coleta de dados empíricos da realidade. Como o objeto de estudo foi análise da acessibilidade dos espaços públicos – praças e parques - de lazer da região norte na cidade de Goiânia, a pesquisa de campo é a que mais se aproximou do objetivo do estudo. A pesquisa se desenvolverá através de estudo de caso, devido sua especificidade. O estudo de caso será utilizado, pois, segundo Yin (2001):

Em geral, os estudos de casos representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. (Yin, 2001, pg. 19.)

O estudo de caso segundo Yin (2001) é apenas uma das maneiras de se pesquisar. Há outras maneiras de realizar pesquisas como, por exemplo, experimentos, levantamentos, análises de informações em arquivos e pesquisa históricas.

O estudo de caso conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescentam duas fontes de evidência que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta e série sistemática de entrevistas. E é na observação que a pesquisa se embasa, pois é através deste artifício que será feito o estudo das praças e parques escolhidos, para saber se os acessos destes espaços públicos estão de acordo com as normas técnicas da ABNT (2004).

Não obstante será feita também uma pesquisa histórica sobre as praças Dom Prudêncio - Jacaré e Itatiaia e os parques Beija-flor e Leonídio di Ramos Caiado da região norte de Goiânia, para saber mais sobre suas fundações, localização, setores onde estão inseridos, sua importância para comunidade, entre outros.

A pesquisa também terá caráter qualitativo, pois, os dados coletados em campo servirão de análise para saber se a acessibilidade a estes espaços públicos estão de acordo com as normas técnicas que regula a acessibilidade e também porque se fez necessário ainda conhecer o campo de realização da pesquisa, pois, segundo Goellner *et al.* (2010):

A pesquisa qualitativa lida com a subjetividade, portanto implica organicamente os sujeitos que a empreendem. Também coloca a relação epistemológica, ao mesmo tempo uma relação de poder, sujeito-objeto de investigação... Daí sua pertinência e eficácia no trato dos problemas de pesquisa no campo das ciências humanas e sociais, em particular no campo da educação, e de modo ímpar, no trato dos problemas da Educação Física. (Goellner *et al.* 2010, pg. 382.)

A pesquisa qualitativa, muito mais do que um conjunto de procedimentos organizados para representar fatos ou fenômenos da realidade, constitui-se em um campo de estudos complexo onde ultrapassa as fronteiras disciplinares e áreas de conhecimento, adequando aos inúmeros setores da atividade humana. (GOELLNER *et al.*, 2010).

Por último, depois da estruturação a temática de pesquisa, a técnica de coletas de dados se dará “in loco” para registros, para a identificação das possíveis barreiras de acesso nas praças Dom Prudêncio - Jacaré e Itatiaia e os parques Leonídio di Ramos Caiado e Beija-flor, especialmente as arquitetônicas, bem como das adaptações, a fim de avaliar se estas estão de acordo com as normas técnicas da ABNT e uma busca das pesquisas bibliográficas em livros, artigos científicos e internet sobre a acessibilidade com objetivo de dar suporte teórico sobre a temática. A escolha das praças e parques se deu pela importância social, econômica e de lazer de seus bairros e também as comparando, pois, cada uma tem suas diferenças como, por exemplo, regiões com poder econômico, cuidados de limpeza, adaptações estruturais, entre outros.

4. Região Norte de Goiânia

As praças Dom Prudêncio - Jacaré e Itatiaia e os parques Beija-flor e Leonídio di Ramos Caiado se localizam na Região Norte de Goiânia. Esta região tem mais de 140.000 habitantes e com 121 bairros (SEPLAM, 2010). É uma região predominantemente residencial, mas com forte comércio popular, contando com

supermercados, agências bancárias, pet shops, escolas privadas e públicas, padarias, locadoras, agências lotéricas, casas de materiais de construção, açougues, ferragistas, mecânicas de carros, autopeças de carros e motos, salões de beleza. Nesta região há também grandes redes de supermercados, um condomínio fechado de alto padrão e um centro de distribuição de alimentos. Não se esquecendo do Aeroporto Internacional de Goiânia e o novo Shopping Passeio das Águas, de grande porte e em construção. Enfim a Região Norte tem tudo que é necessário para a comunidade em seus 121 bairros.

Na Região Norte podemos ainda contar também com indústrias de grande porte, como a Unilever, Cargil, entre outras. Nesta mesma região ainda está instalada o Campus II da Universidade Federal de Goiás e o Colégio Aplicação, que são uma referência em educação superior e básica, não só na região, mas em toda cidade, estado e no país.

5. Roteiro de observações, medidas e análise dos dados da pesquisa de campo

Para a realização da pesquisa de campo, foi seguido um roteiro de observação e medidas de acessibilidade de praças e parques. Segue em anexo um modelo do roteiro. Neste roteiro, além das descrições das praças e parques, foi observado se o local possuía estacionamento, sinalização vertical, tipos de vagas, rebaixamento de calçadas, rampas de acesso, áreas de circulação, telefones públicos, bebedouros, mesas e banheiros. Estes itens devem ser analisados se estão adaptados para cadeirantes e deficientes físicos de acordo com as normas técnicas, especificamente a NBR 9050 (2004).

A NBR 9050 (2004) tem como objetivo estabelecer critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade e que todos os espaços, edificações, mobiliários e equipamentos urbanos que vierem a ser projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos, devem atender ao disposto nesta norma para serem considerados acessíveis.

5.1. Análise da Praça Dom Prudêncio (Jacaré) no Setor Crimeia Oeste



Figura 1: Vista geral da Praça Dom Prudêncio – Jacaré.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.



Figura 2: Vista geral da Praça Dom Prudêncio – Jacaré.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.

Localizada no Setor Crimeia Oeste na Rua Ministro Guimarães Natal com a Rua Coronel Diógenes de Castro Ribeiro com a Rua Doutor João Alves de Castro e

com a Rua Desembargador Airosa Alves de Castro, numa região próxima ao Centro de Goiânia, a Praça Dom Prudêncio, também conhecida como Praça do Jacaré por causa de uma estátua que existe no parque infantil de um jacaré de 5 metros de comprimento, foi construída em 1989 no lugar de um campo de futebol de várzea.

O Setor Criméia foi criado através do Decreto n. 574, de 12 de maio de 1947. É considerado um bairro de classe média. O Bairro nasceu das antigas fazendas “Crimeia”, “Vaca Brava” e “Botafogo”, onde foi subdividido em duas regiões, Oeste e Leste, ficando conhecido como Criméia Oeste e Criméia Leste, como se fossem dois bairros distintos, mas a realidade é que suas histórias estão interligadas. O bairro surgiu no início da década de 50, mas foi somente na década de 60, com a chegada da energia elétrica em parte do bairro, que surgiram as primeiras casas na região.

Relatam-se que os primeiros moradores conviviam com vacas e bois pastando pelo bairro por muito tempo, somente aos poucos essa situação foi mudando. Somente na década de 70 que começou a chegar alguns benefícios, como alguns mercadinhos. Na década de 90 o Setor se consolida como bairro residencial.

Toda essa dificuldade acabava desvalorizando o setor, mas este conseguiu dar a volta por cima e hoje se apresenta muito bem desenvolvido, com todos os benefícios que são necessários para se viver com qualidade de vida, contando com energia elétrica, água tratada, esgoto e asfalto. O bairro é inclusive cortado pela Avenida Goiás, uma das principais avenidas da capital.

Se antes os moradores precisavam ir longe para fazer suas compras básicas hoje à história é diferente. Mesmo com as conquistas que trouxeram benefícios, há também pendências que precisam ser resolvidos como, por exemplo, o transporte coletivo. Há anos a população tanto do Criméia Oeste quanto a do Criméia Leste, sofrem com a deficiência desse serviço¹.

A Praça Dom Prudêncio – Jacaré passou por uma reforma, onde foi instalada uma academia aberta com aparelhos de exercícios físicos, novos bancos e mesas, novo piso feito de tijolos de concreto. Além disso, possui dois quiosques que funcionam duas sanduicherias, um parque infantil, banca de revista, quadra poliesportiva e linha de ônibus.

¹ Disponível em: <<http://goiasdenorteesul.com.br>> Acesso em 10/2013.

Nas quartas-feiras acontece uma feira livre na parte da manhã e nas sextas-feiras a noite acontece a conhecida Feira do Jacaré, onde são vendidas roupas e alimentos.

A entrada da praça possui 25 vagas paralelas de estacionamento e um espaço amplo para mais veículos. Tanto o estacionamento e o espaço para veículos não possui sinalização vertical. Não há vagas reservadas para deficientes físicos. A NBR 9050 (2004) regulamenta a quantidade de vagas de estacionamento de acordo com a tabela A:

A cada 10 vagas	Não são obrigatórias vagas reservadas
De 11 a 100 vagas	Uma vaga reservada é obrigatória
Acima de 100 vagas	O calculo é de um por cento do total

Tabela A.

Fonte: Roteiro de observação e medidas.

Mesmo possuindo estacionamento e espaço para carros, os mesmos não estão de acordo com normas da NBR 9050 (2004) nas páginas 61 a 64, como mostra nas figuras 3 e 4.



Figura 3: Estacionamento da praça.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.



Figura 4: Espaço para estacionamento de veículos.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.

A praça possui três rampas de acesso para cadeirante. Todas as rampas possuem término do rebaixamento da calçada nivelado com a rua. Apesar da praça possuir três faixas de pedestres, apenas uma rampa tem rebaixamento ligado à faixa de pedestres. Mesmo assim a largura do rebaixamento não acompanha a largura da faixa de pedestres, como mostra a figura 5, estando em desacordo com a NBR 9050 (2004).



Figura 5: Rebaixamento de calçada acompanhando a faixa de pedestre.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.

As outras faixas de pedestres ligam a praça através dos estacionamentos, que não possui rebaixamentos e que também estão em desacordo com as normas regulamentadoras como nas figuras 6, 7, 8 e 9.



Figura 6: Rebaixamento de calçada acompanhando a faixa de pedestre.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.



Figura 7: Rebaixamento de calçada acompanhando a faixa de pedestre.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.



Figura 8: Rebaixamento de calçada acompanhando a faixa de pedestre.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.



Figura 9: Rebaixamento de calçada acompanhando a faixa de pedestre.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.

Os rebaixamentos de calçada, no total de três, estão com rebaixamento nivelado com a rua, largura mínima permitida e espaço livre para passeio, que é de 80 cm a até 120 cm de acordo com a NBR 9050 (2004), mas não possui sinalização com cor de destaque em relação à calçada, como especifica as normas técnicas.



Figura 10: Rampa com rebaixamento de calçada.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.



Figura 11: Rampa com rebaixamento de calçada.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.

Além disso, as inclinações das rampas de acesso estão em desacordo com as normas técnicas que permite inclinação máxima que vão de 5% até 8,33%. As três rampas da praça possuem inclinação que vão de 8,3% até 12,6%, ou seja, bem acima do permitido.

Para ter acesso à quadra de esportes, o cadeirante poderá encontrar dificuldades, pois a quadra poliesportiva não tem rampa de acesso ou rebaixamento. Isto impossibilita qualquer acesso de lazer do cadeirante, como mostra a figura 12.



Figura 12: Quadra poliesportiva sem rampa de acesso a cadeirantes.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.

Já na área de circulação, a Praça Dom Prudêncio – Jacaré é bem generosa, pois possui grandes áreas de circulação, com largura das passarelas acima do ideal, que é de 150 cm, de acordo com a NBR 9050 (2004), apesar das passarelas não possuírem corrimão em nenhum local da praça e o piso não ser ideal para cadeirantes, pois, o piso foi feito de tijolos de concreto, o que proporciona muita trepidação e traz um desconforto para o cadeirante. Podemos perceber o tipo do piso usado na praça pelas figuras 13 e 14.



Figura 13: Área de circulação.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.



Figura 14: Área de circulação com passarela.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.

A área de convivência da praça possui duas mesas com quatro bancos, sendo todos de concreto e estão em bom estado de conservação. As mesas possui avanço frontal de 0,74 cm, sendo que o mínimo aceitável é de 0,50 cm, ou seja, está de acordo com as normas técnicas. Já a altura livre inferior é de 0,68 cm e o mínimo permitido é de 0,73 cm, ou seja, não compatível com as normas técnicas. Conforme sugere a figura A, o exemplo do modelo de mesas para praças e parques

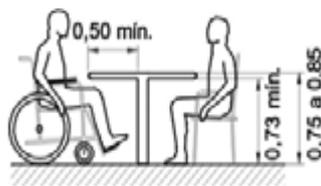


Figura A.

Fonte: Roteiro de observação e medidas.



Figura 15: Mesas da área de convivência.

Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.

Detectou-se que neste local não possui banheiros, telefones e bebedouros públicos. Para uma praça com grande circulação de pessoas que buscam lazer e com duas grandes feiras que acontece no local, com a importância que a mesma tem para a região, é uma grande falta.

5.2. Análise da Praça Itatiaia no Conjunto Itatiaia

A Praça Itatiaia está localizada no Conjunto Itatiaia, região onde se localiza a Universidade Federal de Goiás. A criação do Conjunto Itatiaia, conhecido também como Vila Itatiaia, está diretamente ligada a Universidade Federal de Goiás (UFG). Com a fundação do Campus Samambaia ou Campus II na região, os funcionários da instituição encontraram muitas dificuldades para se deslocarem até lá, já que o local fica há mais de 10 km do Centro de Goiânia e naquela época, década de 70, não oferecia nenhuma infraestrutura.

Foi mesmo a distância e a dificuldade de acesso até o Campus que resultou na criação do Conjunto Itatiaia, projetado e executado pela extinta Cohab, Companhia de Habitação Popular do Município de Goiânia, o bairro foi pensado primeiramente para atender as necessidades dos funcionários da universidade.

Construído na gestão de Irineu Borges Nascimento no local chamado Fazenda Planície, o Conjunto Itatiaia foi dividido em três etapas, sendo a primeira e terceira etapa, com casas maiores destinadas aos professores e por ultimo a segunda etapa, a qual já foi aberta para a população, com um total de 1500 casas.

A ideia da criação do bairro foi uma excelente alternativa para os funcionários da UFG, porém não foi a solução para todos os problemas, mesmo porque, como sabemos todo início é muito difícil, e o local naquela época oferecia poucos benefícios, não tinha asfalto e água tratada, transporte deficiente e nenhum comércio.

O deslocamento do Conjunto Itatiaia para qualquer outra região da cidade era muito difícil, pois só tinha ônibus próximo a UFG. Um fator que ajudou muito o desenvolvimento do Conjunto Itatiaia foi a proximidade do bairro com o Campus Samambaia da Universidade Federal de Goiás e aproveitando esse ponto positivo, tanto os funcionários da instituição quanto a população em geral se uniu formando uma associação (MOVITA), em busca do bem comum: o direito a uma moradia com qualidade de vida.

Através desta associação e com muita luta, hoje o Conjunto Itatiaia é um bairro charmoso que oferece qualidade de vida. O setor está muito bem servido no que se refere aos benefícios públicos: energia elétrica, água tratada, asfalto, esgoto, praças arborizadas com equipamentos que proporcionam lazer às crianças e jovens.

O atual Conjunto Itatiaia em nada se parece com aquele do final dos anos setenta, início da década de 80.

Não se pode negar que o progresso realmente chegou ao Conjunto Itatiaia, porém ainda existe alguns pontos que precisam de uma atenção especial, como ampliar o comércio, agência bancária, lotéricas, contudo esses são detalhes que aos poucos serão resolvidos, e quem viveu a realidade de outrora, hoje não troca o Conjunto Itatiaia por nenhum outro bairro¹.

A Praça Itatiaia tem uma grande área verde, com passarelas internas e área de circulação. Possui área de lazer para crianças e adultos, com parque infantil, campo de futebol, pista de skate, estação para exercícios físicos e espaços de convivência com mesas e cadeiras.



Figura 16: Vista geral da Praça Itatiaia.

Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.

Apesar de ter um bom fluxo de pessoas esta se encontra de forma geral em mal estado de conservação, inclusive com vestígios de sujeiras e dejetos descartados de forma incorreta.

A praça situa-se nas Ruas 022, 021, 031, 029 com a Rua Área Verde. A praça não conta com estacionamento regulamentado para os visitantes, ou seja, não

¹ Disponível em: <<http://goaisdenorteesul.com.br>> Acesso em 10/2013.

tem vagas ou espaços específicos para carros. Quem for de carro terá que estacionar na rua próximo ao meio fio. Por este motivo não tem sinalização vertical, nem vagas reservadas para deficientes físicos.

O acesso à praça para cadeirantes fica comprometido, pois não possui rampas e nem rebaixamento de calçada como especifica a NBR 9050 (2004), em nenhuma das suas entradas, não se aplicando as normas. As rampas construídas na praça foram improvisadas, não tendo rebaixamento de calçada em nivelamento com a rua, não possui cor de destaque em relação à calçada e com desníveis e inclinação máxima. A não adequação das rampas para os cadeirantes não dá qualquer segurança de acesso à praça, como pode ser vista nas figuras 17, 18, 19 e 20.



Figura 17: Rampa de acesso a praça.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.



Figura 18: Rampa de acesso a praça.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.



Figura 19: Rampa de acesso a praça.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.



Figura 20: Rampa de acesso a praça.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.

Em toda a extensão da praça, só há uma faixa de pedestre, onde liga a praça a uma área de circulação da população. Esta faixa de pedestre não tem rebaixamento de calçada, estando completamente em desacordo com a NBR 9050 (2004), como podemos perceber na figura 21.



Figura 21: Faixa de pedetre sem rebaixamento de calçada.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.

A área de circulação da praça possui largura ideal, que de acordo com a NBR 9050 (2004) é de 150 cm. Mas mesmo possuindo largura ideal, a área de circulação está em condições precárias, contendo várias rachaduras e com algumas áreas quebradas e não possuindo corrimãos em local nenhum destas, como mostra as figuras 22 e 23.



Figura 22: Passarela da área de circulação.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.



Figura 23: Passarela da área de circulação.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.

A Praça do Itatiaia não possui telefone público. Não possui também banheiros públicos e bebedouros, por este motivo não foi possível analisar estes itens. Nas áreas de convivências, onde possui as mesas e cadeiras, foram analisados o avanço frontal e a altura livre inferior, que de acordo com o NBR 9050 (2004) é de 0,50 cm e 0,73 cm no mínimo como mostra na figura B.



Figura B.

Fonte: Roteiro de observação e medidas.

As medidas aferidas no local estão abaixo do mínimo aconselhado pela norma técnica, não estando de acordo com as normas regulamentadoras, como representado nas figuras 24 e 25.



Figura 24: Mesas de convivência da praça.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.



Figura 25: Mesas e cadeiras na área de convivência da praça.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.

5.3. Análise do Parque Beija-flor no Setor Jaó

O Parque Beija-flor localiza-se na Avenida Professor Venerando de Freitas Borges com a Alameda J-028, com as Ruas J-022 e J-024 no Setor Jaó. O Setor Jaó é um bairro de classe média alta, tem uma riqueza escondida em suas ruas, alamedas e parques e não é só no urbanismo, mas também na sua história, que remonta ao início da capital. O Setor Jaó tem forte predominância de setor residencial. Neste setor foi construída a primeira usina hidrelétrica de Goiânia, em 1936 no trecho do Rio Meia Ponte. A geração de energia durou até 1970, quando por causa da poluição do manancial, a usina foi desativada. Restam apenas ruínas do antigo prédio nos dias de hoje e que está se perdendo com a ação do tempo

Na tentativa de obter recursos para o Estado de Goiás o então governador Pedro Ludovico Teixeira vendeu a área do futuro Setor Jaó para o então governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, que loteou e vendeu o terreno. A urbanização foi feita com dinheiro do Banco Nacional, de propriedade de Magalhães Pinto. O projeto do Setor encabeçado pelo engenheiro Tristão Pereira da Fonseca Neto e com alguns alemães que já moravam na região, fizeram o projeto do bairro e propuseram que o bairro fosse monumental, com ruas largas, grandes alamedas e bulevares e mais uma série de elementos que remetem às cidades-jardins.

Mesmo com um projeto diferenciado, de um bairro elegante e requintado, a distância do Centro desanimava compradores e mesmo os donos dos lotes e o Setor

Jaó permanecia desabitado. Só depois que um empresário, Ubirajara Berocan Leite, propôs a construção de um grande clube no bairro, que provocou a primeira onda de ocupação do Jaó.

A partir daí e com o passar do tempo, o bairro foi sendo ocupado e por pessoas de alto poder aquisitivo, que ergueram casas confortáveis, luxuosas, algumas até suntuosas de pessoas de peso na sociedade. As áreas de lazer contribuíram para melhorar ainda mais a qualidade de vida. O comércio que se criou no setor foi apenas para atender a comunidade do bairro.

Os parques erguidos recentemente deixaram o bairro ainda mais com cara dos modernos condomínios fechados. E assim o Jaó cumpriu sua vocação inicial de bairro nobre, chique, elegante. Espaço físico e moradores se atraíram e fizeram do setor um excelente lugar de se morar¹.

Implantado em 2007 e com uma área de 27.800 m², foi projetada pela arquiteta urbanista Yara Hasegawa. O parque possui pista de caminhada, parque infantil, estação de ginástica e dois lagos artificiais. (AMMA, 2013).



Figura 26: Vista geral do Parque Beija-flor.
Autor: PEIXOTO, R. P. Out/2013.

¹ Disponível em: <<http://goiasdenorteesul.com.br>> Acesso em 10/2013.



Figura 27: Vista geral do Parque Beija-flor.
Autor: PEIXOTO, R. P. Out/2013.

A entrada do parque não possui estacionamento projetado, sendo que os veículos de quem for visitar o parque ficam estacionados na rua. O parque não possui sinalização vertical, muito menos para cadeirantes.

O parque possui quatro rampas de acesso para cadeirantes, sendo que todas elas possuem rebaixamento da calçada com nível da rua, espaço livre para passeio para além do espaço ocupado pelo rebaixamento, cores de destaque em relação à calçada e sinalizada com o símbolo do cadeirante. Neste caso, estes itens estão de acordo com as normas técnicas. Mas em relação à inclinação máxima permitida para rampas, que de acordo com as normas técnicas deve variar entre 5% até 8,33%, de acordo com o desnível, nenhuma das quatro rampas estão dentro das normas técnicas, pois, variam de 16,6% até 23,6%, ou seja, bem acima do limite aceitável. Observou-se também que nenhuma rampa de acesso está ligada a uma faixa de pedestre.

As áreas de circulação possuem largura ideal, que pelas normas devem ser acima de 150cm e no parque estão de no mínimo 264cm. Apesar de estarem

adequadas às normas técnicas, o piso é feito de tijolos de concreto, o que acarreta desconforto para o cadeirante. Nenhuma rampa de acesso possui corrimão. Podemos observar nas figuras 28, 29, 30 e 31.



Figura 28: Rampa de acesso. Rebaixamento de calçado com a rua.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.



Figura 29: Rampa de acesso. Calçada rebaixada ao nível da rua.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.



Figura 30: Área de circulação. Passarelas internas.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.



Figura 31: Área de circulação. Passarela e rampa de acesso.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.

As mesas do parque (figura 32) possuem um avanço frontal aferido de 0,44 cm e altura livre inferior de 0,65 cm, ou seja, pelas normas técnicas, que exigem no mínimo 0,50 cm e 0,73 cm respectivamente, percebemos claramente que não estão de acordo com as normas da NBR 9050 (2004). O Parque Beija-flor não possui telefone público e banheiro público.



Figura 32: Mesa do parque.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.

5.4. Análise do Parque Leonídio di Ramos Caiado no Residencial Goiânia 2

Localizado na Avenida Pedro Paulo de Souza com a Rua Júpiter no Residencial Goiânia 2, é um dos parques mais novos da cidade. O Setor Goiânia 2 é um bairro da região norte de Goiânia, próxima ao Campus Samambaia da Universidade Federal de Goiás cortada pela Avenida Perimetral Norte ficando aproximadamente a três quilômetros do Centro de Goiânia. Pelo setor ainda passam os Ribeirões João Leite e Meia Ponte, onde se situa também as Indústrias Unilever e Cargil. Também está instalado a Estação de Tratamento de Esgoto de Goiás (ETE). Recentemente o Bairro foi beneficiado com a inauguração do maior shopping do Estado de Goiás, o Shopping Passeio das Águas.

É considerado um bairro tranquilo, com forte tendência residencial e com poucos comércios. É um bairro de fácil acesso às principais regiões da cidade. O bairro possui mais de 25 anos e começou com uma empresa privada na qual a projetou para ser um condomínio fechado, mas a empresa que a administrava acabou indo a falência, atrasando o seu desenvolvimento e que fez com que o bairro se tornasse o que é hoje.

No início, o bairro não era muito valorizado, mas com a compra de grandes empresas imobiliárias da antiga empresa falida e a retomada de grandes empreendimentos imobiliários pelas novas empresas e mais a construção de um grande parque ambiental e especulações de compras de lotes pelos cantores Zezé de Camargo e Luciano, o bairro hoje possui inúmeras casas e lotes de altos valores¹.

O Parque Leonídio di Ramos Caiado possui uma área de 117.828,60 metros quadrados e sua construção teve início em 21 de setembro de 2009, mantendo sua área de preservação permanente do Ribeirão João Leite e do Rio Meia Ponte. Tem um lago de contenção, ciclovia de mil e oitocentos metros, passarela de madeira, locais de convivência e contemplação, parques infantis, estação de ginástica e mais de trinta e sete mil metros quadrados de recomposição florestal, além de mobiliários urbanos como bancos, mesas, quiosques e coletores de lixo. (AMMA, 2013).

¹ Disponível em: <<http://goiasdenorteesul.com.br>> Acesso em 10/2013.



Figura 33: Vista geral do parque Leonídio di Ramos Caiado.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.



Figura 34: Vista geral do parque Leonídio di Ramos Caiado.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.



Figura 35: Vista geral do parque Leonídio di Ramos Caiado.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.

O parque não possui estacionamento regulamentado, sendo que o local que os visitantes deixam o carro é na rua. Não existe no local de parada dos carros sinalização vertical e nem vagas reservadas para cadeirantes. Não há também espaços para veículos.

Para o acesso de cadeirantes, o parque possui três rampas de acesso, com rebaixamento de calçada. Todas as rampas possuem rebaixamento de calçada em nível com a rua, mas não acompanha a faixa de pedestre, pois, o local não possui faixa de pedestre em sua extensão. Único local onde consta faixa de pedestre é na pista da ciclovia. Os rebaixamentos de calçada não tem cor de destaque em relação à calçada, pois, foram feitas com tijolos de concreto, o mesmo utilizado para toda a área de circulação do parque como mostra as figuras 36, 37 e 38.



Figura 36: Rampa de acesso para cadeirantes.

Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.



Figura 37: Rampa de acesso da entrada do parque.

Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.



Figura 38: Rampa de acesso ao parque infantil.

Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.

As rampas de acesso a cadeirantes não estão de acordo com as normas técnicas. As rampas que possuem desnível acima de 1m devem ter inclinação máxima de 5%, mas as duas têm mais de 1m e possuem inclinação de 6% e 9%. A última rampa possui desnível de 1m e tem uma inclinação de 6.6%, sendo que o máximo permitido é de até 6,25%, ou seja, não estão de acordo com a NBR 9050 (2004). A figura C exemplifica a norma técnica.

Desnível	Inclinação máxima
Mais de 1m	Até 5%
De 0,80m a 1m	Até 6,25%
Até 0,80m	Até 8,33%



$$i = \frac{h \times 100}{c}$$

Figura C.

Fonte: Roteiro de observação e medidas.

A área de circulação do parque é bem vantajosa, com grande espaço para circulação de pessoas e cadeirantes, com espaço livre de passeio além do espaço ocupado pelo rebaixamento. As passarelas de circulação possuem largura acima do ideal, aferida em 304cm, sendo que o mínimo é de 150cm, ou seja, dentro das normas técnicas. Podemos perceber nas figuras 39, 40, 41, 42 e 43.



Figura 39: Vista geral do parque Leonídio di Ramos Caiado.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.



Figura 40: Vista geral do parque Leonídio di Ramos Caiado.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.



Figura 41: Vista geral do parque Leonídio di Ramos Caiado.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.



Figura 42: Vista geral do parque Leonídio di Ramos Caiado.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.



Figura 43: Vista geral do parque Leonídio di Ramos Caiado.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.

A área de convivência e contemplação possui muito espaço de circulação. As mesas disponíveis no local possuem avanço frontal aferido de 0,37m, sendo que o mínimo de 0,50 cm e a altura livre inferior aferido de 0,64m sendo o mínimo de 0,73m, ou seja, totalmente fora dos padrões das normas técnicas como mostra na figura D.

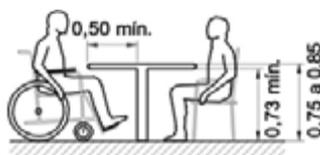


Figura D.

Fonte: Roteiro de observação e medidas.



Figura 44: Mesas da área de convivência.

Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.

O parque possui um banheiro masculino e um feminino aberto ao público e para os funcionários responsáveis pela manutenção do parque. O banheiro possui rampa para acesso de cadeirantes e é adaptado para pessoas com deficiência.

A largura das portas dos banheiros é de 0,81m (mínimo 0,80m), estando dentro do padrão. A medida interna dos banheiros está dentro das normas, pois o mínimo exigido é de 1,50m de largura e 1,50m de comprimento e as medidas aferidas foram de 1,82m e 2,80m respectivamente. Os pisos dos banheiros não são antiderrapantes, ou seja, não estão adequados às normas técnicas. As pias dos banheiros tem altura de 0,85m (0,80m). Altura da válvula de descarga dos banheiros é de 1,09m (1,00m), não estando adequado. A bacia está numa altura aferida de 0,39m, sendo que a altura máxima da bacia com assento permitida é de 0,46m, estando de acordo com as normas. As barras laterais dos banheiros possuem 0,55m (0,80m), distância do solo até a barra de 0,83m (0,75m), com o comprimento da barra a partir da borda frontal do vaso sanitário de 0,34m (0,50m), não estando adequadas as normas técnicas. As barras de fundo dos banheiros possuem 0,55m

(0,80m), distância do solo até a barra de 0,83m (0,75m), com o comprimento da barra a partir do eixo do vaso sanitário em direção a parede 0,49m (0,30m), não estando adequadas as normas técnicas como mostra nas figuras E, F e G.

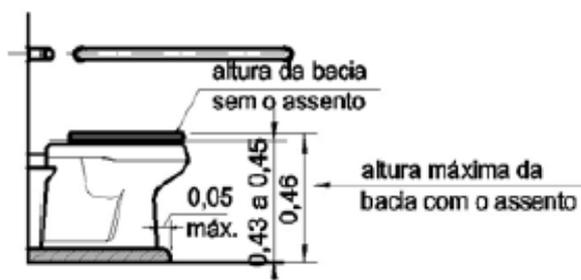
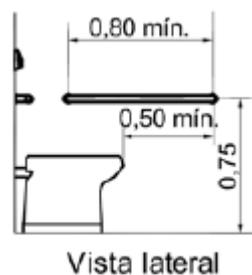
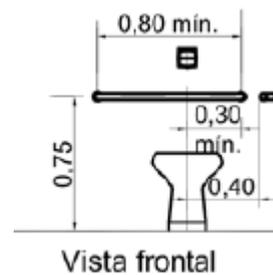


Figura E.



Vista lateral

Figura F.



Vista frontal

Figura G.

Fonte: Roteiro de observação e medidas.

As figuras 45, 46 e 47, são as imagens do banheiro do Parque Leonídio di Ramos Caiado.



Figura 45: Banheiro público. Vista de entrada.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.



Figura 46: Banheiro público. Vista interna.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.



Figura 47: Banheiro público. Vista interna.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.

Apesar de estarem parcialmente dentro das normas técnicas, as adaptações feitas nos banheiros ajudam que o cadeirante possa ter liberdade e autonomia de usar os banheiros com conforto e segurança. A única dificuldade que os cadeirantes podem ter para o uso dos banheiros se deve o fato de se localizar na parte mais alta do parque, pois, para ter acesso ao banheiro é preciso passar uma passarela comprida e inclinada com pisos de tijolos de concreto. Podemos observar na figura 48.



Figura 48: Passarela de acesso ao banheiro público.
Autor: PEIXOTO, R. R. Out/2013.

Apesar do grande fluxo de pessoas que frequentam o parque, principalmente nos finais de semana, para atividades físicas e de lazer, o parque não possui telefone público e nem bebedouros.

6. Conclusões.

A acessibilidade no Brasil é fomentada com uma legislação atual e que supre necessidades das pessoas com deficiência. Mas, não é colocada em prática como deveria ser. Quando se fala de acessibilidade, compreende-se que, muito mais que a preocupação com a eliminação de barreiras urbanas, deve-se pensar no espaço inclusivo como aquele que permite ter experiências adequadas aos locais públicos. Como este trabalho focou-se no estudo das barreiras arquitetônicas de praças e parques para a acessibilidade de cadeirantes, Tavares Filho *et al.*, (2002), nos ensinou que:

A acessibilidade, conceituada pela Lei 10.098 como sendo a possibilidade e condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, refere-se a dois aspectos, que embora tenham características distintas, estão sujeitos a problemas semelhantes, no que diz respeito à existência de barreiras que são interpostas às pessoas com necessidades especiais: o espaço físico e o espaço digital.

A cada ano aumenta o número de pessoas com algum tipo de deficiência e é preciso fortalecer a luta desse segmento da sociedade para garantir a acessibilidade em qualquer ambiente, principalmente aos espaços públicos de lazer, como praças e parques, sendo imprescindível para a qualidade de vida do ser humano. Dessa forma é preciso considerar a diversidade humana na elaboração de projetos arquitetônicos e urbanísticos, respeitando as diferenças existentes entre as pessoas e assim progredir em direção à inclusão social de pessoas que vem buscando há vários anos mostrar que suas deficiências não as impedem de exercer as atividades diárias como todos os cidadãos e o que dificulta o exercício de sua cidadania são os obstáculos arquitetônicos e urbanísticos encontrados pelo caminho.

Podemos perceber neste trabalho, que as praças e parques analisados esforçam-se para garantir o acesso, entretanto estes espaços pesquisados estão apenas parcialmente adequados com a norma técnica NBR 9050 (2004). Um projeto não pode se intitular acessível apenas pela presença de rampas de acesso ou vagas reservadas. Em um dos casos estudados percebemos uma tentativa clara de integração, ou seja, uma tentativa de adaptação para acesso de cadeirantes, sem o mínimo de observação das normas técnicas. Já em outros, há uma tentativa de acessibilidade no projeto arquitetônico, como rebaixamento de calçadas, área de

circulação e banheiro adaptado, mas não respeitando as medidas oficiais das normas. Isto está mais próximo da integração do que da acessibilidade.

Usufruir das praças e parques urbanos, que são espaços de uso público importante para a qualidade de vida dos habitantes das cidades que vão a esses locais passar seus momentos de lazer, faz parte da tônica do conceito de inclusão social, pois, além de poderem se descontraír nesses espaços verdes, podem manter contato com outras pessoas e assim interagir socialmente mostrando que a pessoa com deficiência não precisa ser isolada ou tratada como uma pessoa que não tem capacidades e não precisa de lazer.

Podemos perceber que as pessoas com deficiência vêm obtendo melhorias significativas no que diz respeito ao processo de inclusão, como nas Leis nº 10.048 e 10.098 de 2000 e a NBR 9050 de 2004, mas muita coisa ainda precisa ser feito para que realmente possam exercer seus direitos de ir e vir, garantidos na Constituição, frequentando qualquer espaço da cidade e tendo as condições necessárias para realizar suas tarefas diárias e de lazer e recreação com dignidade, segurança, autonomia e independência.

Este paradigma precisa consolidar e os agentes públicos responsáveis pela área de lazer devem atentar para as necessidades das pessoas com deficiência, principalmente os cadeirantes, foco deste trabalho.

Espera-se que este trabalho incentive uma reflexão e um debate sobre o tema e não caracterize como uma crítica em vão sobre o que já foi e está sendo feito sobre a acessibilidade e sim com que tivéssemos noção da acessibilidade dos parques e praças em Goiânia, especificamente na região norte.

Referências

ALMEIDA, N. B. de. Educação inclusiva: uma abordagem sobre a acessibilidade em instituições educacionais. **Partes**. V.00 p. eletrônica. Julho 2010. Disponível em: <http://www.partes.com.br/educacao/acessibilidade.asp> Acesso em: 30/04/2013.

ALMEIDA, R. K. C.; NUNES, P. M. S.; ZOBOLI, F. Acessibilidade e possibilidades de lazer: a pessoa com deficiência como foco de análise. **Projeto Orla** - miolo 81 30/05/12. Disponível em: http://www.cedes.ufsc.br/LivroOrla/5_Orla_capitulo_3.pdf Acesso em 03/05/2013.

AGÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE. Goiânia, Goiás. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/html/amma>. Acesso em 31/10/2013.

ARAÚJO, C. D.; CÂNDIDO, D. R. C.; LEITE, M. F. Espaços públicos de lazer: um olhar sobre a acessibilidade para portadores de necessidades especiais. **Revista Licere**, Belo Horizonte, v.12, n.4, dez./2009. Disponível em: http://www.anima.eefd.ufjf.br/licere/pdf/licereV12N04_a2.pdf. Acesso em 03/05/2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamento Urbano. 2. Ed. Rio de Janeiro: ABNT, 1994. Disponível em: <http://www.mpdft.gov.br/sicorde/NBR9050-31052004.PDF>. Acesso em: 01 out. 2013.

BAUAB, J. P; EMMEL, M. L. G; GOMES, G. Universidade com Acessibilidade: Eliminando Barreiras e Promovendo a Inclusão em uma Universidade Pública Brasileira. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**. Volume 14 Número 1 Páginas 7-20 2010. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rbcs/article/view/3698/4729> Acesso em 03/05/2012.

BERGUEMMAYER, L. C; LEHNHARD, G. R; MANTA, S. W; MATTHES, S. E. R; PALMA, L. E. Acessibilidade e academias de ginástica: a participação das pessoas com deficiência. **EFDeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires, Ano 15, Nº 152,

Janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd152/acessibilidade-e-academias-de-ginastica.htm> Acesso em 03/05/2013.

BISSOTO, M. L. Educação inclusiva e exclusão social. **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 45, p. 91-108, jan./abr.2013. Santa Maria. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial/pdf>. Acesso em 03/05/2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Senado Federal, 1988.

COSTA, L. C. da; FREITAS, S. N.; NEGRINI, T; ORTIZ, L. C. M. Acessibilidade na agenda da inclusão social e educacional. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 23, n. 37, p. 287-298, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/1632/1276> Acesso em 03/05/2013.

DUARTE, C. R; COHEN, R. Acessibilidade aos espaços de ensino público: desenho universal na UFRJ – possível ou utópico? **Núcleo Pró-Acesso/UFRJ**. Disponível em: http://www.proacesso.fau.ufrj.br/artigos/Acessibilidade_aos_Espacos_de_EnsinoPublico_-_NUTAU_2.pdf Acesso em 03/05/2013.

FURTADO, R.P. **Delineando a metodologia de sua pesquisa**. Disponível em: <http://ead.fef.ufg.br/course/view.php?id=544> Acesso em 03/02/2013.

GOELHER, S.V.; REPPOLD FILHO, A.R.; FRAGA, A.B.; MAZO, J.Z.; STIGGER, M.P.; NETO, V.M. Pesquisa qualitativa na educação física brasileira: marco teórico e modo de usar. **Revista da Educação Física/UEM**. Maringá, v.21, n.3, p.381-410, 3º. Trim. 2010.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 10/04/2013.

INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL. **Associação Salvador**. Lisboa. Portugal. 2013. Disponível em: <http://www.associacaosalvador.com/os-nossos-projectos/Acessibilidades/Portugal-Acessivel/17/>. Acesso em 10/10/2013.

INSTITUTO MARA GABRILLI. **Manual de Convivência**. São Paulo. Brasil. 2012 Disponível em: <http://institutomaragabrigli.org.br/images/stories/pdf/manual2012.pdf>. Acesso em 10/10/2013.

LINDEMAYER, C. KI; PACHECO, A; SILVA, L. D. da; WAGNER, L. C. Acessibilidade de pessoas com deficiência: o olhar de uma comunidade da periferia de Porto Alegre. **Ciência em Movimento**, Ano XII, Nº 23, 2010/1. Disponível em: www.metodista.br/revistas/revistas-ipa/index.php/RS/article/viewFile/94/58 Acesso em: 03/05/2013.

LUDWING, D. C; RIBEIRO, A. J. P; SAMPAIO, T. V. Diagnóstico das condições de acessibilidade para portadores de necessidades especiais nas escolas municipais, estaduais e particulares no município de São Miguel do Oeste, Santa Catarina. **EFDeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires, Ano 17, Nº 167, Abril de 2012. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd167/condicoes-de-acessibilidade-nas-escolas-municipais.htm> Acesso em 03/05/2013.

MENDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudo e pesquisas em psicologia**. UERJ, RJ, v. 7, n. 2, p. 296-306, ago. 2007. Disponível em <http://www.revispsi.uerj.br/v7n2/artigos/pdf/v7n2a13.pdf>. Acesso em 07 /11 /2013.

PEREIRA, R. S.; SILVA, C. G. S. **Contribuição da prática de natação no desenvolvimento cognitivo de crianças na terceira infância**. Revista Digital - Buenos Aires - Ano 14 - Nº 135 - Agosto de 2009. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd135/natacao-no-desenvolvimento-cognitivo-de-criancas.htm>. Acesso em 11/09/2013.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL DE GOIÂNIA. Goiânia, Goiás. Biblioteca SEPLAM. **Arquivo Público**. Pesquisa feita em 10/09/2013.

SILVA, E. M. **A acessibilidade para pessoas com deficiência física no Parque do Sabiá e no Parque Victório Siquierolli na cidade de Uberlândia – MG**. 2010. Monografia de conclusão de curso em Geografia. Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia – MG, 2010. Acesso em 16/06/2013.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2ª. Edição. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Anexo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA – FEF
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – EAD

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO E MEDIDAS - ACESSIBILIDADE NAS PRAÇAS

DESCRIÇÃO DA PRAÇA

Cidade/Município: _____
Nome da Praça: _____
Bairro em que esta situada: _____

ENTRADA DA PRAÇA

1. Número de vagas no estacionamento

A cada 10 vagas	Não são obrigatórias vagas reservadas
De 11 a 100 vagas	Uma vaga reservada é obrigatória
Acima de 100 vagas	O calculo é de um por cento do total

Número de vagas: _____ do estacionamento

Número de vagas reservadas: _____ do estacionamento

Adequado () Não adequado ()

2. Sinalização vertical do estacionamento. () Não se aplica () Não esta sinalizado () Está sinalizado

3. Tipos de vagas e espaços

Consultar páginas 61 a 64 das normas da ABNT 90/50

Adequado () Não adequado ()

4. Rebaixamento de calçada. () Não possui () Possui

a. O rebaixamento acompanha a faixa de pedestres? () não () sim

b. O término do rebaixamento da calçada esta nivelado com a rua? () não () sim

c. O término do rebaixamento está ligado a faixa de pedestres? () não () sim

d. A largura do rebaixamento acompanha a largura da faixa de pedestres? () não se aplica () sim

e. Os rebaixamentos localizados em lados opostos da via estão alinhados entre si? () não () sim

f. Existe um espaço livre de 80cm a até 120cm para o espaço de passeio para além do espaço ocupado pelo rebaixamento? () não () sim

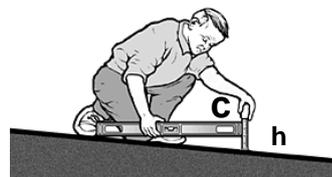
g. Os rebaixamentos estão sinalizados com cor de destaque em relação a calçada? () não () sim

h. A Inclinação do rebaixamento é constante [não apresenta variação de nível]? () não () sim

i. A Inclinação do rebaixamento está adequada [vide cálculo abaixo]? () não () sim

Desnível	Inclinação máxima
Até 0,80m	Até 8,33%

$$i = \frac{h \times 100}{c}$$



i=inclinação; h=altura/desnível; c=comprimento

Comprimento da régua de nível (em cm): _____ Altura (em cm): _____

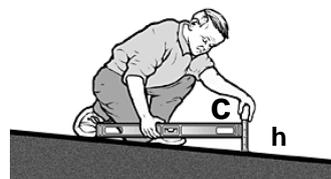
$$I = \frac{h \times 100}{C} = \frac{\quad \times 100}{\quad} = \quad \%$$

Inclinação: _____%

5. Possui rampa de acesso da calçada para a praça? () Não se aplica () Não () Sim

Desnível	Inclinação máxima
Mais de 1m	Até 5%
De 0,80m a 1m	Até 6,25%
Até 0,80m	Até 8,33%

$$i = \frac{h \times 100}{c}$$



i=inclinação; h=altura/desnível; c=comprimento

Comprimento da régua de nível (em cm): _____ Altura (em cm): _____

$$I = \frac{h \times 100}{C} = \frac{\quad \times 100}{\quad} = \quad = \quad \%$$

Inclinação: _____%

ÁREA DE CIRCULAÇÃO

1. Área de circulação:

Largura Aferida: _____

() Não adequado (Menor que 119cm)

() Largura mínima aceitável (120cm a 149 cm)

() Largura ideal (Acima de 150cm)

Altura aferida: _____

() Altura livre mínima aceitável (Mínima de 210cm)

Interferências na faixa livre:

() reduz a medida da largura ideal mas permanece dentro da largura mínima aceitável;

() reduz a medida da largura da largura mínima aceitável

2. As rampas apresentam corrimãos para o livre acesso? () não aplica () não () sim

Corrimão duplo: Altura do apoio mais baixo: _____ (0,70m)

Altura do apoio mais alto: _____ (0,92m)

Adequado () Não adequado ()

Corrimão único: Altura: _____

3. A escola possui bebedouros adaptados para os estudantes com deficiência? () não () sim

Altura da Bica (saída da água): _____ (0,90m)

Adequado () Não adequado ()

4. Possui telefone público acessível [ver norma página 92 da ABNT 90/50]? () não () sim

5. As mesas das praças.



Avanço frontal aferido: _____ (0,50m mínimo)

Altura livre inferior (abaixo da mesa) aferida: _____ (0,73m mínimo)

Adequado () Não adequado ()

6. Preencher somente se a escola possuir dois pavimentos e se o acesso ao piso superior for por rampa.

Comprimento da régua de nível (em cm): _____ Altura (em cm): _____

$$I = \frac{h \times 100}{C} = \frac{\quad \times 100}{\quad} = \quad = \quad \%$$

Inclinação: _____%

Adequado () Não adequado ()

BANHEIROS

1. Largura das portas dos banheiros

Largura Aferida: _____ (0,80m mínimo para estar dentro das normas).

Adequado () Não adequado ()

2. Medida interna dos banheiros. () Banheiro não Adaptado () Banheiro Adaptado

Largura Aferida: _____ (1,50m largura mínima)

Comprimento Aferido: _____ (1,50m comprimento mínimo)

Adequado () Não adequado ()

3. Uso de piso antiderrapante. Adequado () Não adequado ()

4. Altura das pias dos banheiros.

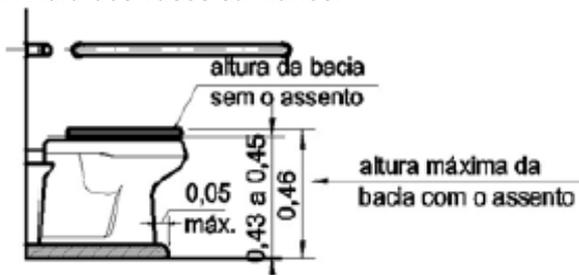
Altura Aferida: _____ (0,80m). Adequado () Não adequado ()

5. Altura da válvula de descarga dos banheiros.

Altura Aferida: _____ (1,00m de altura)

Adequado () Não adequado ()

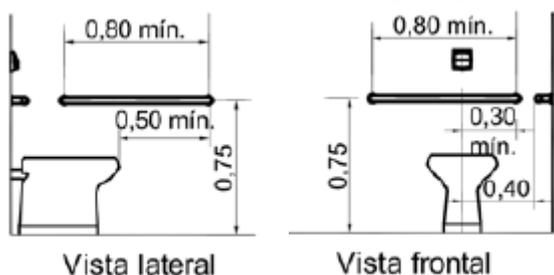
6. Altura dos vasos sanitários.



Altura do Bacio Aferida: _____ (0,46m altura máxima da bacia com o assento)

Adequado () Não adequado ()

7. O banheiro possui barras de segurança. () não () sim



Barra lateral:

Comprimento da barra _____ (0,80m) Distância do solo até a barra _____ (0,75m)

Comprimento da barra a partir da borda frontal do vaso sanitário _____ (0,50m)

Adequado () Não adequado ()

Barra de fundo:

Comprimento da barra _____ (0,80m) Distância do solo até a barra _____ (0,75m)

Comprimento da barra a partir do eixo do vaso sanitário em direção a parede _____ (0,30m)

Adequado () Não adequado ()

8. Outras observações
